

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA

**ROSILANE GOMES DE LIRA**

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

Cajazeiras - PB  
2019

ROSILANE GOMES DE LIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Orientadora: Viviane Guidotti Machado

Cajazeiras - PB  
2019

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

L768p Lira, Rosilane Gomes de.  
Práticas pedagógicas inclusivas na educação infantil: um estudo de caso no município de Cajazeiras-PB / Rosilane Gomes de Lira. - Cajazeiras, 2019.  
41f.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Viviane Guidotti Machado.  
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UFCG/CFP, 2019.

1. Práticas pedagógicas. 2. Inclusão escolar. 3. Educação infantil. 4. Educação inclusiva infantil. I. Machado, Viviane Guidotti. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU – 37.02

ROSILANE GOMES DE LIRA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM  
ESTUDO DE CASO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS - PB**

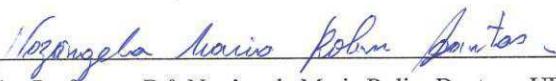
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciado (a) em Pedagogia, do curso de Pedagogia, da Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do Centro de Formação de Professores (CFP), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campus Cajazeiras-PB.

Aprovado em: 03/07/2019

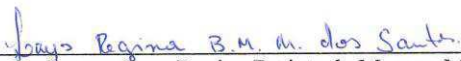
**BANCA EXAMINADORA**



Orientadora – Professora Dra. Viviane Guidotti – UFCG/UAE



Examinadora 1 – Professora Dr<sup>a</sup>. Nozângela Maria Rolim Dantas – UFCG/UAE



Examinadora 2 – Professora Lays Regina Batista de Macena Martins dos Santos – UFCG/UAE

Examinadora suplente - Professora Dr<sup>a</sup>. Aparecida Carneiro Pires – UFCG/UAE

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, a  
minha mãe Maria, ao meu pai Reginaldo, ao meu  
noivo Wanderson e aos meus irmãos Ricardo e  
Raiano.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para prosseguir, pois, a caminhada foi longa e difícil, mas, graças a ele chego ao fim do curso. Aos meus pais: Reginaldo e Maria que sempre estiveram comigo me dando suporte para chega ao término desse curso. Aos meus irmãos Ricardo e Raiano que contribuíram direta e indiretamente durante todo esse percurso.

Ao meu noivo Wanderson Alves, que foi quem esteve comigo todos os dias durante essa longa caminhada. Era ele quem me deixava e me pegava na universidade todas as noites, algumas vezes debaixo de chuva e mesmo assim nunca reclamou.

A minha Orientadora, Professora Viviane Guidotti, que foi quem me deu auxílio durante todo o processo de construção deste trabalho. A todos os professores do curso de pedagogia do CFP (Centro de Formação de Professores), que contribuíram para minha formação acadêmica.

As minhas amigas Susy Soares, Joelma Thalyta e Raimunda do Socorro, as quais estiveram comigo por esses anos, e vivemos muitos momentos de alegrias, tristezas, dificuldades e, principalmente, de superação. E sempre estávamos uma do lado da outra dando apoio e forças para seguir em frente.

Enfim, agradeço a toda minha turma do curso de pedagogia e a todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente durante o percurso desse curso.

*“Incluir é necessário, primordialmente para  
melhorar as condições da escola,  
de modo que nela se possam formar gerações  
mais preparadas para viver a vida na sua  
plenitude,  
livremente, sem preconceitos, sem barreiras”.*  
(MANTOAN, 2003, p. 30)

## RESUMO

O trabalho apresenta uma pesquisa sobre as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil: um estudo de caso no Município de Cajazeiras-PB. Tendo como objetivo geral compreender como estão sendo realizadas as práticas pedagógicas inclusivas na Educação infantil. Sobre a metodologia, é um estudo de caso, descritiva, de natureza básica e de abordagem qualitativa. A coleta de dados foi feita através de uma entrevista semiestruturada, com uma professora do ensino regular que tem em sua sala de aula uma criança com deficiência. O referencial está dividido em três partes. A primeira parte fala sobre a Educação Infantil fundamentada com a LDB que abordara a Educação Infantil, Oliveira (2008), Costa (2010) e Angotti (2010), A segunda parte aborda Inclusão escolar sendo fundamentado com LDB na perspectiva da inclusão escolar, Constituição Federal 1988, Mantoan (2003 e 2006), Ramos (2010), Lima (2006) e Bento (2015). A terceira parte é Práticas Pedagógicas inclusivas fundamentada com Prieto (2006), Carneiro (2011) e Mantoan (2003). A análise dos resultados está descrita como a construção do conhecimento sobre Práticas Pedagógicas inclusivas na Educação Infantil. Nas considerações finais é descrita as conclusões gerais obtidas através da pesquisa realizada. Chegou-se à conclusão de que é necessário que os professores que trabalham com a inclusão participem de formação continuada voltada para a área da inclusão, pois, existe uma certa carência de conhecimentos por parte da professora entrevistada em relação a inclusão de alunos com deficiência, que ela mesma sente falta desses conhecimentos que seriam importantes para a inclusão acontecer com qualidade.

**Palavras-chaves:** Práticas Pedagógicas. Inclusão Escolar. Educação Infantil.



## ABSTRACT

This paper presents a research on inclusive pedagogical practices in Childhood Education, a case study in the city of Cajazeiras-PB. The general objective is to understand how inclusive pedagogical practices are being carried out in childhood education. Regarding the methodology, it is a case study, descriptive, of a basic nature and of a qualitative approach. The data collection was done through a semi-structured interview with a teacher who has a disabled child in her classroom. The theoretical approach will be divided into three parts. The first will be about childhood education based on LDB (Brazilian main education law) that will address childhood education; Oliveira (2008); Costa (2010) and Angotti (2010). The second part will discuss school inclusion being substantiated by LDB in the perspective of school inclusion; the Federal Constitution (1988); Mantoan (2003 and 2006); Ramos (2010); Lima (2006) and Bento (2015). The third part will deal with inclusive pedagogical practices based on Prieto (2006), Carneiro (2011) and Mantoan (2003). The analysis of the results will be described as the construction of knowledge about inclusive pedagogical practices in childhood education. In the final considerations, it will be described the general conclusions obtained through the research performed. It has been concluded that it is necessary for teachers working with inclusion to participate in continuing courses in this specific area, since there is a certain lack of knowledge on the part of the interviewed teacher regarding the inclusion of students with disabilities that she misses and that would be important for the process of inclusion to happen with quality.

**Keywords:** Pedagogical practices. School inclusion. Childhood education.

## **LISTA DE SIGLAS**

AEE – Atendimento Educacional Especializado

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição da República Federativa do Brasil

CFP – Centro de Formação dos Professores

DCNEI – Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP – Projeto Político Pedagógico

PB – Paraíba

SISU – Sistema de Seleção Unificada

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 MEMORIAL ACADÊMICO: ORIGEM DO OBJETO DE ESTUDO .....	12
1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	13
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>15</b>
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL .....	15
2.2. INCLUSÃO ESCOLAR.....	18
2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS.....	21
<b>3. CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>25</b>
3.1. IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA .....	25
3.2. ENTREVISTA .....	25
3.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA.....	26
3.4 ANÁLISE DE DADOS .....	27
<b>4. ANÁLISE DOS DADOS: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>28</b>
4.1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA.....	28
4.2. LEI DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB .....	28
4.3. PERFIL DA PROFESSORA ENTREVISTADA .....	29
4.4. ANÁLISE DE DADOS.....	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>36</b>
<b>APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....</b>	<b>38</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>39</b>
<b>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE.....</b>	<b>40</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 MEMORIAL ACADÊMICO: ORIGEM DO OBJETO DE ESTUDO

Para compreender a origem deste estudo, será importante resgatar minha trajetória acadêmica, hoje graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no Centro de Formação de Professores (CFP), Campus de Cajazeiras, na Paraíba (PB), ingressei no curso no período 2014.2, através da inscrição no Sistema de Seleção Unificada (SISU).

No ano de 2009 concluí o Ensino Médio, nesse ano eu optei por não fazer a prova do ENEM, por estar muito desanimada com os estudos e não queria mais continuar estudando. Em 2010 também não quis fazer, porque continuava muito desmotivada. Durante esses dois anos no qual eu não quis fazer a prova do Enem, eu recebia muitas críticas e conselhos de pessoas influentes nos estudos, críticas por não querer mais estudar e indicações para que eu fizesse a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), essas pessoas sempre me diziam que o conhecimento é de fundamental importância para o cidadão. Mesmo assim, continuava firme em minha decisão de não retornar aos estudos.

Em 2011, resolvi fazer minha inscrição para o Enem. Com o resultado da prova fiz minha inscrição para o curso de Pedagogia da UFCG, por ser o curso que mais me interessava dos que estavam sendo ofertados. Porém, não conseguir passar. Mas, mesmo eu tendo feito a prova e ter tentado entrar para um curso superior, eu ainda não tinha interesse realmente de voltar a estudar. Logo, no ano de 2012, mais uma vez não fiz a prova do Enem.

No ano de 2013 comecei uma amizade com um rapaz que morava no mesmo Distrito que eu, que estava concluindo o Ensino Médio, e me falava com muito entusiasmo que iria fazer a prova do Enem e que iria conseguir entrar para a Universidade. E o dizia que eu não queria entrar para a Universidade, logo, ele começou a me questionar o porquê de tal decisão e sempre tentando fazer com que eu mudasse de opinião.

Diante de tantas conversas com esse rapaz, ele me convenceu a fazer a prova. Ele mesmo se disponibilizou a fazer minha inscrição, eu fiz a prova, mas, não estava dando tanta importância para as inscrições do SISU, que eram referentes ao período de 2014.2. Ele percebeu o meu desânimo e me pediu para fazer minha inscrição, então eu o deixei fazer, e dentre os cursos que ele me falou que estavam disponíveis, estava o Curso de Pedagogia, de primeira foi o que escolhi.

Quando saiu o resultado, meu amigo foi quem me avisou que eu tinha sido aprovada, fiquei em choque, pois, imaginava que não conseguiria ser selecionada. Então em 2014, comecei a cursar pedagogia e simplesmente me encontrei neste curso. Eu sou muito grata a esse meu amigo por ter de certa forma, me aberto as portas para a universidade.

Após ter ingressado no Curso, rapidamente me identifiquei com essa área, foi na universidade que aprendi a ver o mundo como ele realmente é. Um mundo que constantemente está em mudanças, e precisamos estar sempre nos atualizando a respeito dessas mudanças, pois, se não conseguirmos acompanhar esse ritmo somos deixados para trás e sujeitos a sermos alienados por quem está no poder público.

No decorrer do curso até aqui, tive a oportunidade de cursar várias disciplinas importantes que contribuíram bastante para minha formação acadêmica, mas, as disciplinas que mais me identifiquei foi: Educação Inclusiva, Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil I e II. Logo, daí surgiu meu interesse em realizar minha pesquisa na Educação Infantil sobre a inclusão.

A partir dos conhecimentos destas disciplinas, surge a vontade de pesquisar sobre as práticas pedagógicas inclusivas na Educação infantil. Pois, tenho a curiosidade de saber, como as crianças com algum tipo de deficiência estão sendo incluídas na sala de aula ou se essa inclusão está ficando apenas no papel, e para isso é necessário saber como estão sendo trabalhadas essas práticas pedagógicas na sala de aula.

## 1.2 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como tema central a Inclusão, tendo delimitação acerca das práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil. O problema é como são realizadas as práticas pedagógicas inclusivas na Educação infantil?

Tendo como objetivo geral: compreender como estão sendo realizadas as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para alunos com deficiência na Educação Infantil.

E os objetivos específicos são conhecer as práticas pedagógicas inclusivas adotadas pela professora da Educação Infantil; identificar se as (os) docentes tem alguma formação acadêmica voltada para práticas pedagógicas inclusivas; investigar se as práticas pedagógicas inclusivas da docente estão realmente dando suporte aos alunos com deficiência.

Justifica-se a escolha deste tema, por entender que atualmente o tema inclusão é algo muito debatido e refletido, porém, percebemos que mesmo diante de tantas discussões, acerca

do tema, ainda há uma grande lacuna na questão da inclusão dentro da sala de aula, principalmente nas escolas públicas.

Então considero de extrema importância que as práticas pedagógicas inclusivas sejam cada vez mais avaliadas de forma crítica e científica, para que essas práticas sejam cada vez mais aprimoradas.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo é o referencial teórico, a organização do referencial será realizada da seguinte forma: a primeira parte tratará da Educação Infantil, que terá como finalidade descrever sobre a Educação Infantil de que as crianças eram vistas como adultos em miniaturas e sobre a educação da criança pequena. Para fazer a fundamentação teórica utilizou-se a LDB (1996), Oliveira (2008), Costa (2010), Angotti (2010), Árries (1981) e DCNEI (2017).

Na segunda parte do referencial irei escrever sobre a Inclusão Escolar, que terá como finalidade descrever sobre a inclusão escolar, na perspectiva de como se dá a inclusão escolar, e contará com a seguinte fundamentação teórica: LDB (1996), CF (1988), Mantoan (2003 e 2006), Prieto (2006), Ramos (2010), Bento (2015) e Lima (2006).

A terceira parte tratará das Práticas Pedagógicas Inclusivas, no qual descrevo sobre a importância da formação continuada voltada para a inclusão para melhorar as práticas pedagógicas dos professores. Para fazer essa fundamentação utilizei os seguintes autores Prieto (2006), Carneiro (2011) e Mantoan (2003).

No segundo capítulo é a metodologia, na qual descrevo sobre os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver a pesquisa. Sendo dividido em quatro subtítulos, que são: Importância da pesquisa científica, entrevista, procedimentos éticos da pesquisa e a análise de dados.

No terceiro capítulo é a análise de dados, onde foi feita a análise dos dados coletados, também nesse capítulo tem as considerações finais da pesquisa trazendo as conclusões chegadas a partir da pesquisa.

A seguir inicia-se a fundamentação teórica da pesquisa para a seguir dá início aos procedimentos metodológicos e a realização da análise de dados.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

De acordo com os estudos de Arriés (1981, p.39) até meados do século XII a arte medieval não conhecia a infância ou então não tentava representá-la. Pois, as crianças eram representadas como adultos em miniaturas. É como se não houvesse lugar para infância naquela época.

Então, naquela época a infância tinha outro conceito diferente do conceito que temos hoje na contemporaneidade. Atualmente de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Art. 2º, Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

De acordo com a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) a criança é um “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura” (BRASIL, 2010, p. 12).

Logo, foi de grande importância que a educação da criança tenha sido repensada, pois, é necessário que a natureza da criança seja respeitada, para assim se estimular a aprendizagem do aluno. Então, se faz necessário que o professor tenha conhecimento e capacidade para atuar Educação Infantil, tendo em vista as peculiaridades dessa fase.

Para Oliveira (2008) a formação do professor da Educação Infantil era muitas vezes inadequada ou até mesmo não se tinha formação alguma para exercer essa profissão, simplesmente pelo fato de ser exercidas em creches e pré-escolas. Pois, já se tem um pensamento constituído que a creche é única e simplesmente para cuidar das crianças enquanto os pais trabalham.

Além, desse pensamento leigo que as creches e pré-escola tem apenas essa função, acreditasse que é uma área de trabalho apenas feminina, na qual já se tem um extinto maternal e por esse fato são colocadas pessoas com pouca ou sem nenhuma formação acadêmica para se exercer esses cargos, pois, veem na Educação Infantil apenas o fato de cuidar e não de educar essas crianças. Como destaca Oliveira (2008, p. 24) em seus estudos.

Desse profissional requer-se paciência, capacidade, para expressar afeto e firmeza na coordenação do grupo infantil. Pouco se exige em termos de

conhecimento mais elaborado acerca das funções da Educação Infantil e das características sócio-históricas do desenvolvimento das crianças, bem como em termos de domínio do saber historicamente elaborado a respeito das diversas dimensões pelas quais o homem e o mundo podem ser conhecidos.

Porém, a Educação Infantil não se resume apenas a cuidados. Logo, precise-se de profissionais capacitados para exercer essa profissão que é de tamanha importância para o desenvolvimento das crianças. É necessário um aprimoramento na formação do docente da Educação Infantil, pois, requer ousadia e criatividade. Esse profissional deve ser considerado um professor polivalente, no qual é formado para as várias diferenças.

Para a maioria dos profissionais da Educação Infantil, o cuidado se resume apenas às questões de higienizar, dar banho, trocar, vestir, entre outros. E cuidar na educação infantil não se limita apenas a isso, o cuidar vai muito além, o cuidar é o educar e o educar é cuidar e vice-versa. E assim, destaca a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), publicada em 2017 que: “Nas últimas décadas, vem se consolidando, na Educação Infantil, a concepção que vincula educar e cuidar, entendendo o cuidado como algo indissociável do processo educativo.”

Porém, alguns profissionais da Educação Infantil não possuem conhecimentos teóricos suficientes para dar apoio a suas práticas pedagógicas para com as crianças pequenas. De acordo com Costa (2010, p. 66)

Na Educação Infantil é possível afirmar que os cuidados estão associados à sobrevivência e ao desenvolvimento da identidade da criança, de todas as crianças. Um desenvolvimento que não é isolado em si mesmo, mas que se encontra envolvido em um tempo histórico. Um processo que é proporcionado por sujeitos protagonistas e com seus componentes individuais, físicos, psíquicos e culturais. [...].

Para isso, é necessário que os profissionais que estão nas instituições infantis, estejam ali com educadores comprometidos com a formação das crianças e não com apenas meros funcionários. E além de tudo ter uma formação acadêmica adequada para fundamentar sua prática com a teoria.

A Educação das crianças de 0 a 5 anos de idade em creches e pré-escolas, atualmente tem sido vista como um investimento que é necessário para o desenvolvimento das crianças, desde os primeiros meses de vida até a escolarização obrigatória.

A Lei 9394/96 é a primeira que reconhece a importância da educação infantil, no art. 29 estabelece como a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Diante



disso é necessário um aprofundamento sobre o debate de quais modelos de qualidade seriam necessários para a educação das crianças de 0 a 6 anos de idade. Vale ressaltar que as creches e pré-escolas devem educar meninos e meninas de maneiras iguais independente de cultura ou classe social, para poder articular os diferentes tipos de vivências e desenvolvimento, dando oportunidades iguais para todos.

Sendo a educação infantil a primeira etapa da educação básica, entende-se que essa etapa prepara a criança para toda a sua trajetória escolar, então é imensamente importante se trabalhar a cidadania na Educação Infantil, para que as crianças aprendam a conviver com as diferenças, por isso, o fato de tratar todos iguais independentemente da classe social, raça ou outras condições de vida em que as crianças podem estar inseridas. Nesta perspectiva Oliveira (2008, p. 52) destaca.

Educar para a cidadania envolve a formação de atitudes de solidariedade para com os outros, particularmente com aqueles em dificuldade de superação de atitudes egoístas; implica fazer gestos de cortesias, preservar o coletivo, responsabilizar-se pelas próprias ações e discutir aspectos éticos envolvidos em determinada situação.

Desta maneira, o ambiente da Educação Infantil se torna essencial para se cultivar o respeito ao outro, combater os preconceitos, respeitar a opinião do outro, entre outros assuntos trabalhados através da cidadania, tornando a sala de aula um ambiente mais inclusivo. Já que é nessa faixa etária que a criança está atenda a todo conhecimento, e é nessa faixa etária que ela está começando a conviver com as diferenças.

Para Angotti (2010) destaca em seus estudos que conhecimento não é apenas saber escrever e ler, o conhecimento também é construído de diversas outras formas, então a Educação Infantil não pode ficar restrita apenas em conteúdo que muitas vezes não são interessantes para as crianças. Assim, é necessário que seja feito em sala de aula atividades que proporcionem aprendizados diversos, como atividades que envolvam membros do seu corpo, que se autoconheçam, ao mesmo tempo se divirtam e aprendam brincando. Como também os conhecimentos não estão restritos apenas a letras e números.

O conhecimento não está estampado apenas nas letras, nas repetições, nas reproduções de atividades sem sentido, nas atividades de caligrafia, na apreensão do código gráfico que permite escrever e ler, ou nas atividades de tapa buraco ou de utilização de tempo para não se objetivar nada de maneira intencionalmente educativa. O conhecimento da criança se faz inicialmente pela captação de dados, conteúdos, indícios propiciados pelos órgãos dos sentidos que sentem, percebem e possuem condições de elaboração e expressão por meio de diferentes linguagens. (ANGOTTI, 2010, p. 22)

Logo, se torna necessário que a crianças seja respeitada e livre para viver todas as suas etapas de desenvolvimento físico. Então não podemos nem antecipar e muito menos atropelar

o seu desenvolvimento. É necessário ver a criança de corpo inteiro que não devemos fragmentá-la, para construir o seu conhecimento.

Na Educação Infantil também é fundamental para a criança, a parceria da família com a instituição educativa, como destacado por Oliveira (2008) quando menciona a co-responsabilidade educativa das famílias com a instituição, pois, essa co-responsabilidade é essencial para o desenvolvimento pleno das crianças. Porém por muitas vezes os professores reclamam muito da falta de interseção dos pais com a instituição. Então o professor acaba se tornado o único parceiro da criança no seu processo de desenvolvimento.

Infelizmente, tem-se observado que a co-responsabilidade educativa das famílias e da creche ou pré-escola orienta-se mais para recíprocas acusações do que uma busca comum de soluções. [...] Os professores declaram-se insatisfeitos por aquilo que entendem ser ausência e descompromisso dos pais com os filhos. E se aborrecem quando os pais contestam o trabalho da instituição e buscam controlar o que é proposto a seus filhos. (OLIVEIRA, 2008, p. 177)

Portanto, a Educação Infantil é a base de um bom desenvolvimento acadêmico do ser humano, é ela que dá suporte aos demais níveis de aprendizagem do ser humano. É nessa etapa que o aluno começa a conhecer o mundo, fora do seu ambiente familiar.

É nesse momento, que a criança começa a interagir com pessoas diferentes, e cada pessoa, cada detalhe, faz toda diferença no desenvolvimento da criança. E se a criança possuir alguma deficiência é ainda mais importante que a instituição escolar promova a sua inclusão com qualidade.

## 2.2. INCLUSÃO ESCOLAR

Há muitos anos que já se vem debatendo sobre o tema Inclusão Escolar, porém, percebe-se que ainda existe uma grande lacuna nesse processo, por ainda existe pessoas que pensam que inclusão escolar é apenas proporcionar o acesso à escola a uma pessoa com alguma deficiência, como destacado em inúmeros estudos realizados por Mantoan (2003 e 2006).

Conforme a fala da autora (2003), pode-se entender que a Inclusão Escolar não é apenas oportunizar o acesso à escola, vai muito mais além. O acesso à escola é apenas o primeiro passo, o fundamental é investir na permanência da pessoa com deficiência na escola.

É importante fazer valer o direito à educação para todos no caso de pessoas com deficiência, pois, a Constituição Federal no Art. 6º rege que São direitos básicos à educação, à

saúde, à alimentação, o trabalho, à moradia, o lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados.

Ainda na Constituição Federal no Art. 205 estabelece a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Logo, as pessoas com deficiência estão asseguradas pela lei que também tem direito a educação.

Então, fica claro que todos devem ter acesso à educação, e são as instituições de ensino que devem se preparar para incluir esses alunos com alguma deficiência e dar subsídios para que as mesmas permaneçam e deem continuidade em seus estudos, pois, é obrigação do Estado cumprir com as leis estabelecidas. Diante disso, Prieto (2006, p. 66) destaca que:

O que se deve evitar é o descompromisso do poder público com a educação e que a inclusão escolar acabe sendo traduzida como mero ingresso de alunos com necessidades educacionais especialmente nas classes comuns. O risco é que, dizendo-se norteado pelo atendimento à normativa que confere direito de todos à educação, o poder público não promova o atendimento às demandas escolares de alguns alunos, negando-lhes o que de fato pode ser concebido como educação.

De acordo com Mantoan (2003), em relação a educação inclusiva existe dois termos e inserção diferentes que são integração e inclusão, e há uma diferença entre eles. Embora tenham significados semelhantes são usados para expressar situações diferentes de inserção. A autora (2003, p. 15) destaca que:

O processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes.

Então, o processo de integração escolar faz parte de uma estrutura educacional, por meio da integração escolar o aluno tem acesso à escola tendo a oportunidade de transitar tanto pelo ensino regular como pelo o ensino especial, mas, vale ressaltar que nem todos os alunos são aptos para serem integrados ao ensino regular. Já na inclusão escolar acontece diferente, Montoan (2003, p. 16) destaca que:

Quanto à inclusão, esta questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela é incompatível com a integração, pois prevê a inserção

escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

Desta maneira, a inclusão escolar é diferente de integração escolar pelo fato que, na inclusão todos os alunos com qualquer tipo de deficiência seja ela intelectual ou física, precisa necessariamente está na sala de aula de ensino regular, sem exceção de nenhuma. De acordo com os estudos de Lima (2006), quando falamos em integração estamos nos referindo ao ato de compartilhar um mesmo espaço. Já quando falamos em inclusão estamos nos referindo ao ato de pertencer, fazer parte ou construir algo.

Tanto a integração quanto a inclusão são formas de inserção social, mas enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos e visa à manutenção das estruturas institucionais, a segunda considera as necessidades educacionais dos sujeitos como problema social e institucional, procurando transformar as instituições. A partir da integração, podem ser buscadas as bases para uma maior interação entre alunos com deficiência, alunos sem deficiência e professores de escolas comuns. Contudo, o processo tende a ser mais lento e mais sujeito a retrocessos. A inclusão exige medidas mais afirmativas para adequar a escola a todos os alunos, inclusive os que apresentam necessidades especiais. (LIMA, 2006, p. 24)

Retornando aos estudos de Mantoan (2006) a inclusão escolar ainda tem sido mal compreendida, principalmente no que diz respeito as mudanças nas escolas comuns e especiais. Logo, sabemos que sem essas mudanças não será garantida as condições das escolas receberem a todos os alunos com deficiência, como também não oferecerá condições de permanência e prosseguir com seus estudos, de acordo com a capacidade de cada um, sem nenhum tipo de discriminação e sem espaços separados na educação.

Segundo Ramos (2010, p. 69) “Apesar de toda informação disponível sobre a educação inclusiva, os professores ainda temem quando em sua classe é matriculado um aluno com deficiência”. Isso acontece pelo fato da criança ser diferente dos demais, se tornando assim evidente a ideia de homogeneidade, sendo, que isso é impossível de existir. Então, é necessário que se elimine esse pensamento de homogeneidade e tome consciência da heterogeneidade, pois, precisamos aprender a conviver com as diferenças.

Portanto, o processo de inclusão escolar não é algo difícil ou impossível de se desenvolver, a primeira atitude, é excluir o pensamento homogêneo e tomar consciência que todos os seres humanos são diferentes independente de ter alguma deficiência ou não. Assim, como destaca Bento (2015, p. 39) “A pessoa com deficiência é única, com necessidades e vontades, e isso transcende sua deficiência. Crianças com a mesma limitação ou diagnóstico clínico, possuem necessidades, anseios, potencialidades ou limitações únicas.”.

Bento (2015, p. 38) destaca que existe muitos desafios para a inclusão de crianças com deficiências, dentre esses desafios estão o que é conhecer a criança e estabelecer relações profundas com ela, tendo uma familiarização que é indispensável com a criança e a necessidade de capacitação profissional para os professores, pois, existem professores que não tiveram informação sobre a temática.

Então, existem desafios para se promover a inclusão e não são poucos, na verdade são muitos, porém, quando de fato se quer promover a inclusão de crianças com deficiência nada é impossível. Assim como também não é impossível de desenvolver práticas pedagógicas inclusivas.

### 2.3 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

As práticas pedagógicas inclusivas dentro de uma escola não são de responsabilidade apenas dos professores. De acordo com Ramos (2010) para se ter êxito na inclusão escolar é necessário que todos os profissionais da escola estejam preparados para proporcionar a inclusão dessas crianças, pois, quando elas não estão dentro da sala de aula e estão circulando pela escola também precisam ser incluídas.

Porém, como a maior responsabilidade de incluir o aluno com deficiência fica por parte do professor é importante que ele tenha consciência que precisa estar sempre se aprimorando em sua prática, para assim, promover uma inclusão de qualidade.

É necessário para que os professores reflitam sobre suas atividades pedagógicas e consequentemente conheçam novas maneiras para se trabalhar com crianças com deficiência em suas salas de aula. Tendo consciência de que não pode haver a exclusão em nenhum momento, pois essas crianças precisam estar inseridas em salas de aula do ensino regular e serem atendidas no Atendimento Educacional Especializado (AEE) apenas para dar suporte a elas no processo de aprendizagem.

Sobre a formação continuada dos professores, conforme os estudos de Prieto (2006), é imprescindível, principalmente para aqueles do ensino regular que tem em suas salas de aula crianças com necessidades especiais, e esse processo de formação continuada é um compromisso dos sistemas de ensino, como destaca Prieto (2006, p. 57):

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais.

Ainda de acordo com a autora, ter conhecimento sobre o ensino dos educandos com alguma deficiência, não pode ser de responsabilidades apenas de alguns especialistas. Pois, é de inteira responsabilidades de todos que fazem parte do sistema de ensino. Esses conhecimentos devem ser apropriados por todos ou pelo menos pela grande maioria dos profissionais da educação.

Porém, se pode observar, que mesmo diante do fato de que nos últimos anos o atendimento dos alunos com deficiência deve ser nas salas de ensino regular, ainda existe uma grande demanda de professores que ainda não tem conhecimento teórico e nem prático sobre o assunto. Prieto (2006, p. 59), destaca que

Contudo, o conhecimento dos domínios teóricos e práticos dos professores é essencial para subsidiar a formulação de políticas para sua continuada formação pelos sistemas de ensino. Isso impõe a necessidade de levantar informações sobre esses para, pelo menos, identificar seu perfil acadêmico e sua experiência com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais e projetar formas de lhes prover esse conhecimento, aproximando o conteúdo da formação às suas expectativas e necessidades.

Logo, se torna essencial a formação continuada para professores que trabalham com alunos com deficiência, pois, é importante que revejam suas práticas, para planejar formas de ensino para que vá contemplar todos os alunos de forma geral, sendo, que cada particularidade seja alcançada. Mas, também é importante que o educador tenha consciência dos benefícios da mudança sua prática, pois, “Não há como mudar práticas de professores sem que os mesmos tenham consciência de suas razões e benefícios, tanto para os alunos, para a escola e para o sistema de ensino quanto para seu desenvolvimento profissional”. (PRIETO, 2006, p. 59)

Então, o professor tendo consciência que sua prática pedagógica faz a diferença, conseqüentemente ele irá aprimorá-la cada vez mais. No entanto, vale destacar que não é necessário que se tenha uma prática para cada tipo de deficiência, assim como destaca Mantoan (2003, p. 36)

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados.

A autora continua dizendo, que para se ter sucesso na aprendizagem é necessário que se explore os talentos, como por exemplo estar sempre desenvolvendo o talento natural de

cada aluno e procurar sempre possibilidades para melhor desenvolver o ensino. Sempre existiu e vai existir as dificuldades e os limites de cada aluno, porém, não se pode deixar que isso atrapalhe e nem limite o processo de ensino aprendizagem.

Ainda segundo Mantoan (2003, p. 39), que se faz necessário ensinar de forma que atenda as dificuldades e diferenças de cada educando, no entanto, nunca pode diferenciar o ensino entre os mesmos.

O ponto de partida para se ensinar a turma toda, sem diferenciar o ensino para cada aluno ou grupo de alunos, é entender que a diferenciação é feita pelo próprio aluno, ao aprender, e não pelo professor, ao ensinar! Essa inversão é fundamental para que se possa ensinar a turma toda, naturalmente, sem sobrecarregar inutilmente o professor (para produzir atividades e acompanhar grupos diferentes de alunos) e alguns alunos (para que consigam se “igualar” aos colegas de turma).

A autora continua dizendo que “Buscar essa igualdade como produto final da aprendizagem é fazer educação compensatória, em que se acredita na superioridade de alguns, inclusive a do professor, e na inferioridade de outros, que são menos dotados, menos informados e esclarecidos” (MANTOAN, 2003, p. 39).

Ainda de acordo com Mantoan (2003), o professor dedicado que participa ativamente da caminhada da aprendizagem com seus alunos, ele conseqüentemente entendera melhor as eventuais dificuldades e possibilidades de cada educando, e oportunizara uma construção da aprendizagem de forma mais adequada.

A autora também destaca, que para aprimorar as práticas pedagógicas inclusivas é necessário acabar esse caráter classificatório que as escolas adotam, que são as provas e notas. É necessário que substitua essa forma de avaliação por uma avaliação do desenvolvimento das habilidades dos alunos frente as situações-problemas de cada um. “O tempo de construção de uma competência varia de aluno para aluno e sua evolução é percebida por meio da mobilização e da aplicação do que o aluno aprendeu ou já sabia para chegar às soluções pretendidas”. (MANTOAN, 2003, p. 39)

Também, é importante destacar que “A avaliação é também um instrumento de aperfeiçoamento e de depuração do ensino e quando a tornarmos mais adequada e eficiente, diminuiremos substancialmente o número de alunos excluídos das escolas”. (MANTOAN, 2003, p. 39)

Mantoan (2003), também enfatiza, que para se ensinar a turma toda promovendo o processo de inclusão, é necessário ir contra certas práticas pedagógicas consagradas nas escolas, que algumas delas são, ensinar apenas os conteúdos programados para a série, ter o

livro didático como única ferramenta para os programas de ensino, designar a prova final como única e decisiva avaliação do rendimento escolar do aluno, entre outros.

De acordo com Carneiro (2011, p. 89)

O fazer do professor da classe comum está diretamente ligado ao fazer para alunos ditos normais, ou seja, aqueles dentro dos padrões estabelecidos socialmente como normais. E mesmo para esses existem divergências tanto metodológicas quanto no que se refere às relações interpessoais travadas em sala de aula, pois é sabido que a aprendizagem é um fenômeno individual e particular sendo experienciada de forma diferente por diferentes sujeitos. No entanto, todo o planejamento do professor é voltado para este alunado. No momento em que ele recebe em sua turma um aluno com necessidades específicas, torna-se necessário que seu planejamento seja flexível a ponto de oportunizar modificações efetivas sem, contudo, minimizar sua qualidade. Essa flexibilização curricular deve englobar toda a prática pedagógica do professor.

Então, é interessante que o professor faça algumas adaptações em suas práticas pedagógicas quando se recebe um aluno com deficiência em sua sala de aula de ensino regular, sem diminuir a qualidade do ensino.

Carneiro (2011, p. 89) ainda continua dizendo que:

O planejamento de suas atividades deve considerar as formas diferentes de aprender dos alunos. Em caso de alunos com deficiência, cada característica específica de aprendizagem deve ser considerada, passando por ações práticas na realização da aula, buscando metodologias, estratégias e recursos condizentes com as necessidades individuais, culminando em uma avaliação formativa que considere a evolução de cada um.

Portanto, fica claro que é para se promover uma educação inclusiva de qualidade, é necessário aprimorar as práticas pedagógicas, descartando as consagradas pelas escolas e criando novas práticas que dê subsídios aos educandos para que eles desenvolvam a aprendizagem de forma significativa e inclusiva.



### 3. CAMINHOS METODOLÓGICOS

#### 3.1. IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA

Por existir mais de um tipo de conhecimento, vale destacar que o conhecimento científico é o oposto do conhecimento popular. De acordo com Prodanov e Freitas (2013) o conhecimento científico se torna o oposto do conhecimento popular não é pela veracidade das informações, e sim, por ter toda uma fundamentação e metodologias a serem seguidas.

O conhecimento científico analisa os fatos e procura provas concretas para saber se as informações são verídicas, diferente do conhecimento popular, que o conhecimento é adquirido através de observações ou passado de geração para geração. Logo, o conhecimento científico é aquele que pode ser comprovado, pois é através de pesquisas científicas que se chegam aos conhecimentos concretos e prováveis. Diante disso, a pesquisa científica se torna de grande relevância para a educação.

A pesquisa científica, a qual foi desenvolvida sobre as Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação Infantil: um estudo de caso no Município de Cajazeiras-PB, que foi realizada em uma escola pública da cidade de Cajazeiras–PB, a partir de um estudo de caso, ~~porque~~ de acordo com Lüdke e André (1986, p. 17) “O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico [...]. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular.”. É uma pesquisa de natureza básica, pois, o interesse com tal pesquisa é gerar novos conhecimentos para a educação.

Assim, esse estudo foi de abordagem qualitativa, por entender que “O ambiente natural é fonte direta para coleta de dados, interpretação de fenômenos e atribuição de significados.”, conforme mencionado por Prodanov e Freitas (2013, p. 128). A abordagem qualitativa aborda o fenômeno do estudo de forma descritiva, objetivando não só uma compreensão acerca do problema de pesquisa, como também uma reflexão sobre a dimensão que este problema se torna evidente no contexto escolar atual.

A seguir será apresentado o instrumento de coleta de dados, com detalhamento de como foi a coleta de dados na pesquisa de campo.

#### 3.2. ENTREVISTA

Segundo Lüdke e André (1986, p. 33), “A entrevista representa um dos instrumentos básicos para a coleta de dados [...]”. Os autores também destacam que a entrevista

semiestruturada desenrola-se a partir de um esquema básico, que não é aplicado rigidamente, permitindo assim, que o entrevistador faça as adaptações necessárias.

Então, para desenvolver essa pesquisa, foi realizada uma entrevista semiestruturada, com uma professora da Educação Infantil, que tem em sua sala de aula, uma criança com determinado tipo de deficiência. Através dessa entrevista, a professora relatou como está acontecendo a inclusão dessa criança na sala de aula de ensino regular.

De acordo com Lüdke e André (1986) deve existir respeito pelo entrevistado e esse respeito envolve desde um local e horário marcados e cumpridos, e a perfeita garantia do sigilo e anonimato em relação ao informante.

Portanto, para realizar essa entrevista foi marcado, data, local e hora com a própria entrevistada. A entrevista foi realizada na própria instituição que a professora atua, sendo que a entrevista foi gravada e durou 32min e 55seg e foi realizada com a autorização da entrevistada.

### 3.3 PROCEDIMENTOS ÉTICOS DA PESQUISA

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética, do Centro de Formação de Professores, da UFCG, para que o projeto fosse avaliado e aprovado quanto aos procedimentos éticos. O projeto foi aprovado pelo comitê, sendo que o número do parecer é: 3.350.375.

É importante destacar que no dia da entrevista foi levado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, documento no qual tinha todas as informações sobre a pesquisa que estava sendo realizada. Foi explicado detalhadamente para a professora entrevistada que se tratava de uma pesquisa a qual tinha como objetivo compreender como estavam sendo realizadas as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil. A entrevistada assinou duas vias do documento, uma ficou com ela e outra foi arquivada pela pesquisadora.

Foi explicado a entrevistada que a sua identidade seria preservada e que mesmo depois da publicação dos dados, em hipótese alguma ela teria sua identidade revelada. Também foi destacado, que durante a análise de dados a entrevistada seria identificada como Professora, para preservar o anonimato da professora.

Também foi explicado que a entrevista seria toda transcrita, e após a transcrição seria enviada para a professora, para que ela verificasse se estava de acordo com o que foi dito durante a entrevista. Também, foi ressaltado que se por acaso, a entrevistada quisesse fazer

alguma alteração na entrevista já transcrita, a professora teria toda a liberdade, para solicitar a alteração.

### 3.4 ANÁLISE DE DADOS

A Análise de dados teve início após todos os dados terem sido coletados, pois, de acordo com Lüdke e André (1986, p. 48) “A fase mais formal de análise tem lugar quando a coleta de dados está praticamente encerrada.”. Então, após a entrevista semiestruturada que foi gravada, a entrevista foi toda transcrita e a partir daí dando início a análise de dados.

Para fazer a análise dos dados coletados, foi analisado as respostas da professora, o Projeto Político Pedagógico (PPP) e a Lei de Educação do Município de Cajazeiras – PB (Lei Nº 1.544/2004-SGAP) com os conhecimentos dos autores que foi utilizado para escrever o referencial teórico.

## **4. ANÁLISE DOS DADOS: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

### **4.1. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA**

A presente pesquisa foi realizada em uma Creche da Prefeitura Municipal da cidade de Cajazeiras PB, que fica localizada na zona norte da cidade. A instituição é composta por trinta e oito (38) profissionais, sendo, uma (1) gestora, uma (1) vice gestora, uma (1) coordenadora pedagógica, Uma (1) agente administrativo, quatorze (14) professoras, dez (10) monitoras, quatro (4) auxiliares de serviços gerais, três (3) merendeiras e três (3) vigilantes.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, a escola tem como finalidade atender crianças com faixa etária de 0 a 05 anos de idade, na modalidade direta de cuidado e educação. Também vale ressaltar que no documento não tem nada escrito sobre a inclusão, tendo em vista que na instituição existe criança com deficiência.

### **4.2. LEI DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS – PB**

Esse ponto traz um pouco sobre a Lei de Educação do Município de Cajazeiras – PB, como também sobre o Plano Municipal de Educação.

O município de Cajazeiras- PB possui a Lei Nº 1.544/2004-SGAP, onde foi instituído o Plano Municipal de Educação da cidade de Cajazeiras - PB, que estabelece seus objetivos, diretrizes e metas para com a educação do município. Sendo, que o capítulo IV dessa Lei é destinado a Educação Especial do Município.

No capítulo IV, Art. 18 da Lei Nº 1.544/2004-SGAP, fica estabelecido alguns objetivos e metas para a Educação Especial do Município. Entre esses objetivos e metas se encontra dois (2) objetivos que vale destacar, quanto as questões de inclusão, sendo os seguintes: “II – Promover a inclusão dos portadores de necessidades especiais na rede regular do Sistema Municipal de Ensino oferecendo condições estruturais e pedagógicas necessárias.” No “VIII – Incluir conteúdos específicos à Educação Especial na Formação Continuada de Professores.”

Então, essa Lei de Educação do Município de Cajazeiras-PB assegura a formação continuada na área da inclusão para os professores do Município e assegura a inclusão das crianças com necessidades especiais na rede regular de ensino.

#### 4.3. PERFIL DA PROFESSORA ENTREVISTADA

A entrevistada é professora da Educação Infantil, que atua em uma creche pública da cidade de Cajazeiras-PB. Essa docente tem 38 anos de idade, possui o Pedagógico, é graduada em Letras, possui especialização em Literatura e Língua Portuguesa, faz formação continuada pela secretária Municipal de Educação de Cajazeiras. Está atuando na educação há dezesseis (16) anos, e há sete (7) anos atua na instituição, e em todos esses anos de profissão sempre atuou na Educação Infantil.

Essa professora foi escolhida por ter sido a única professora encontrada que atua na Educação Infantil em uma sala do ensino regular com um aluno com deficiência.

#### 4.4. ANÁLISE DE DADOS

Inicialmente foi questionado a professora entrevistada, quantos alunos com deficiência existiam em sua sala de aula e quais eram suas deficiências. A professora explica que tem um menino com microcefalia, porém, ainda não foi comprovado diagnosticamente, mas, ela relata que segundo o pai da criança, ele tem um laudo médico dizendo que a criança possui microcefalia. Em sua fala ela destaca que:

*Comprovadas nenhuma, agora o pai de um aluno disse que tem um diagnóstico de um médico no tipo um laudo, dizendo que ele tem microcefalia. [...] o pai dele disse que quando ele nasceu devido a metragem do perímetro da cabeça foi diagnosticado que ele tinha microcefalia.*

Porém, a criança está passando por uma equipe multidisciplinar composta por sete (7) profissionais e ainda não foi concluído o acompanhamento. Quando a criança passar por esses sete (7) profissionais é que se terá um diagnóstico definitivo atestando se o aluno possui ou não a microcefalia. Se essa criança realmente tiver a microcefalia ele se enquadrará na deficiência intelectual.

A professora destaca que o que mais percebe nele, é que ele possui dificuldade para falar e tem uma má coordenação motora. Em seu relato ela diz:

*O pai me disse que conseguiu para que ele passasse pela equipe multidisciplinar, que é composta por 7 profissionais. [...] agora quando ele passar por essa equipe multidisciplinar composta por 7 profissionais é que vão dá o diagnóstico dele [...] o pai disse que até para os médicos é um mistério essa microcefalia, porque o que nós percebemos mais nele é a coordenação motora, a questão da fala e a questão do andar e do escrever. Porque tudo o que eu falo ele entende, na rodinha eu mando ele procurar o crachá ele procura[...].*

De acordo com o site do Ministério da Saúde (2017), “Microcefalia é uma malformação congênita em que o cérebro não se desenvolve de maneira adequada. Essa malformação pode ser efeito de uma série de fatores de diferentes origens, como substâncias químicas e infecciosas, além de bactérias, vírus e radiação.[...]. A microcefalia pode ser acompanhada de epilepsia, paralisia cerebral, retardo no desenvolvimento cognitivo, motor e fala, além de problemas de visão e audição.”

A professora quando questionada se tem alguma formação acadêmica específica para trabalhar com questões referente a inclusão ela responde que não, porém, ressalta sua preocupação em relação a isso e afirma que seria importante o município ofertar formação continuada referente a inclusão. Na sua fala destaca que:

*Não possuo [...]. É o que eu mais falo lá no município é que devido está constante o aparecimento dessas deficiências, as nossas formações eram para ser voltadas para isso, [...] Olha 1 ano era só para chama uma pessoa especializada em tal deficiência [...] e aí ela ia falar tudo o que a gente precisava para poder detectar porque a gente não trata, mas, a gente precisa saber como lidar com o aluno, qual o tipo de atividade aplicar, [...] Então, são essas coisas que no município eu falo sempre que era para ter essas formações já voltadas para isso [...].*

A resposta da professora vai ao encontro com os estudos de Pietro (2006), no qual ele afirma que a formação continuada é muito importante para os professores que atuam em salas de aula do ensino regular e que tenham em suas salas de aula alunos com deficiência.

A professora também destaca que seria importante que o município disponibilizasse essas formações para melhor incluir as crianças com deficiência, e o autor deixa claro que é de inteira responsabilidade dos sistemas de ensino disponibilizar essas formações.

Nessa resposta a entrevistada também fala sobre o constante aparecimento de deficiência e a falta de despreparo e a falta de experiência dos professores. O relato condiz com o que diz Carneiro (2011, p. 37) destacando que:

*A presença do aluno com deficiência na escola comum tem se intensificado nos últimos anos, porém essa presença nem sempre é bem vinda em decorrência da falta de experiências anteriores com tal clientela. A escola inclusiva terá que construir uma história de interação com esses alunos de modo que se percebam indivíduos capazes de aprender.*

Nessa mesma fala, a professora também destaca que a formação continuada é importante para que o professor adquira conhecimento para saber como lidar e quais atividades aplicar ou adaptar para as crianças com deficiência. Esse relato da professora se assemelha com os estudos de Pietro (2006 p. 58) quando ela destaca que:

*Assim, os professores devem ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, as diferentes necessidades demandadas nos*

seus processos de aprendizagem, bem como, com base pelo menos nessas duas referências, elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento aos alunos.

A fala da professora entrevistada também está de acordo com o que destaca Bento (2015), pois, a autora fala que existe três desafios para a inclusão de crianças com deficiência e um deles é justamente a capacitação profissional para os professores que atuam com crianças com deficiências em suas salas de aula de ensino regular.

A professora na sua resposta também destaca que o município não está oferecendo formação continuada voltada para a inclusão, ficando assim contraditório, pois, na Lei Nº 1.544/2004-SGAP do Município de Cajazeiras, no capítulo IV, Art.18, tem como um dos objetivos incluir conteúdos específicos à Educação Especial na Formação Continuada de Professores. Porém, a docente deixa claro que isso não está acontecendo.

A entrevistada ainda esclarece que os conhecimentos que possui sobre a inclusão foram adquiridos nas formações continuadas que são oferecidas pela escola particular que ela atua. A professora destacou:

*[...] eu trabalho também em uma escola particular, aí a escola tem uma parceria com as editoras, eles adotam livros e as editoras durante o ano fornece formação. E uma editora desde do ano passado nos forneceu uma pessoa muito capacitada, assim a formação dela a gente gosta que só lá na escola e a última formação que nós tivemos que foi em abril foi sobre inclusão. Então assim, ela deu pinceladas que já nos ajudou [...] como a gente perceber em sala [...].*

Então, nesse relato a professora deixa claro o quanto a formação continuada é importante para a prática docente com alunos com deficiências. Sendo, que é indispensável para o planejamento da aula como para a prática em sala de aula.

Mais à frente quando foi questionada se a professora se sentia capacitada para trabalhar com crianças com deficiência, a entrevistada responde: “*Se eu disser a você que eu me sinto preparada eu estou mentindo, não me sinto*”. Então ela não se sente capacitada e essa falta de capacitação faz com que a mesma não tenha práticas pedagógicas adequadas para se trabalhar com alunos deficiência.

Com relação à o que a professora entende sobre inclusão, ela destacou o seguinte:

*Pra mim inclusão é o que a gente já aprendeu, né?!. Que uma pessoa com deficiência a gente incluir juntamente com as outras. É fazer o trabalho que a gente faz com as crianças que não são deficientes e as crianças que são deficientes. Então, que o trabalho seja feito que dê para todos e não só para aqueles que não tem. Então, a inclusão é que eu dê uma aula que tanto os que não tem deficiência vão entender, como também os que tem deficiência irão entender. [...].*

Então, quando a professora faz essa afirmação sobre o que seja inclusão, a resposta dela lembra os estudos de Mantoan (2003) e Lima (2006), quando elas falam sobre a inclusão e a integração, pois, elas destacam que integração seria a inserção dos alunos com deficiência nas salas de ensino regular. E inclusão segundo as autoras, vai além de integração, pois, além de incluir os alunos com deficiência nas salas de aula de ensino regular é necessário que esses alunos também recebam atendimento no AEE.

Logo, fica nítido na fala da professora que ela sabe o verdadeiro sentido de inclusão, pois, ela destaca que inclusão é fazer um trabalho que vá dá suporte a todos e não apenas aos alunos sem deficiência. Sendo que ela tem consciência que é necessário o ambiente escolar se adaptar ao aluno com deficiência e não o aluno se adaptar ao ambiente escolar.

Quando questionada sobre o que ela entendia por práticas pedagógicas inclusivas, a professora destaca:

*[...] é eu trabalhar de acordo com que as minhas atividades abranjam todos os alunos da sala de aula e não só a um grupo, ela tem que abranger a todos com deficiência e aos sem deficiência, para que eles entendam e aprendam com o que eu estou passando. Então, a prática inclusiva que eu entendo é essa que eu pegue todo o grupo e não só ou que seja mais fácil para mim.*

Com relação a essa resposta o pensamento da professora condiz com os estudos de Mantoan (2003) que diz, que é necessário ensinar a turma toda, sem que exista uma diferenciação no ensino, pois, quem faz essa diferenciação é o próprio aluno na sua forma de aprender e não o professor na forma de ensinar.

Logo em seguida, foi questionado a professora se ela tinha práticas pedagógicas inclusivas. A mesma responde:

*Que eu tenha com certeza não, eu tento adaptar, [...]. Então, quando eu percebo que a criança tem um comportamento, quando eu percebo que tem uma atividade que ela não conseguiu fazer ou que não está aprendendo, aí eu já vou tentando da minha maneira buscando adaptar, diferenciar [...].*

Essa resposta da professora não condiz com os estudos de Mantoan (2003), a autora diz que o professor tendo consciência que sua prática faz a diferença na aprendizagem do aluno, ele irá aprimorá-la cada vez mais. Porém, a entrevistada não deixa claro quais práticas utiliza com a criança com deficiência para promover sua aprendizagem.

A professora foi questionada se os conteúdos trabalhados com as crianças com deficiência eram os mesmos trabalhados com as crianças sem deficiência. A professora respondeu:



*Sim são os mesmos, porque trabalhamos conteúdos que são comuns a todos [...] de acordo com o que eles vivem, porque agora com a BNCC a gente tem que trabalhar a questão da socialização, da convivência, o direito de a criança aprender, porque tem os direitos de aprendizagem. Então, os conteúdos vão ter que ser iguais para todos, tanto para a criança com deficiência ou sem. [...]*

Em sua resposta a professora explica que os conteúdos trabalhados com os alunos com deficiência são os mesmos trabalhados com alunos sem deficiência, porque os conteúdos são trabalhados de acordo com a BNCC. A resposta da professora vai ao encontro com o que propõe este documento:

*[...] as creches e pré-escolas, ao acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar – especialmente quando se trata da educação dos bebês e das crianças bem pequenas, que envolve aprendizagens muito próximas aos dois contextos (familiar e escolar), como a socialização, a autonomia e a comunicação. (BRASIL, 2017, p. 32)*

Então, a professora trabalha conteúdos iguais para todos os alunos sem excluir o aluno com deficiência, levando em consideração a BNCC (2017), trabalhando a questão da socialização, da autonomia e comunicação.

Essa resposta da professora também vai ao encontro com o que Angotti (2010) esclarece. A autora diz que o conhecimento na Educação Infantil não está apenas nas letras, atividades de caligrafia, entre outros. O conhecimento da criança também está na captação de dados do dia a dia, na convivência com o outro e na autonomia que ela desenvolve.

Em seguida, foi questionado a professora como era feita a avaliação da criança com deficiência, para saber com ela estava se desenvolvendo com relação a aprendizagem. E a professora respondeu:

*Na educação Infantil a gente costuma fazer a avaliação dia a dia e por semestre é um parecer então no parecer vem todos os itens que a criança tem que atingir e no caso dele já vai uma observação embaixo explicando tudo dele. Por exemplo que ele tem essa deficiência, explicando como ele aprendeu, no caso a vou anotando o que a gente já vai percebendo e tal.*

A avaliação feita pela professora condiz com o que rege a LDB (1996) em relação a avaliação da Educação Infantil, pois, a Lei 9.394/1996, Art. 31, I, estabelece que “Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.

Então, de acordo com a professora a avaliação feita da criança com deficiência ela segue um padrão comum, feita em toda Educação Infantil, ou seja, sendo feita por meio de observação e parecer, porém, no caso dessa criança é feita uma observação no seu parecer explicando como a criança aprendeu.

Diante dos dados analisados junto com as respostas da professora, é perceptível que a professora mesmo não tendo formação voltada para inclusão, ela tem uma prática inclusiva com seu aluno, pois, ela relata a todo momento que a criança está sempre inclusa em todos os momentos na sala de aula, porém, não deixa claro quais práticas pedagógicas utiliza com a criança com deficiência.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o presente trabalho de pesquisa, constatou-se que apesar do tema inclusão ser muito debatido, ainda existia uma lacuna referente a inclusão de crianças com deficiência, pois, muitas vezes a inclusão estava ficando apenas no papel. Então, surge aí a necessidade de estudar sobre as Práticas Pedagógicas Inclusivas na Educação infantil.

Diante disso a pesquisa teve como objetivo geral compreender como estão sendo trabalhadas as práticas pedagógicas inclusivas voltadas para crianças com deficiência na Educação Infantil. Constatou que o objetivo geral não foi atendido, pois, não conseguiu verificar como está sendo realizadas as práticas pedagógicas na educação infantil.

O objetivo específico inicial era conhecer as práticas pedagógicas inclusivas adotadas pela professora da Educação Infantil, esse objetivo não foi atendido porque a professora entrevistada em nenhum momento falou quais eram suas práticas pedagógicas inclusivas.

O segundo objetivo específico era identificar se a docente tinha alguma formação acadêmica voltada para à inclusão. Esse objetivo foi atendido, pois, a professora entrevistada deixa claro que não possui formação acadêmica voltada para a inclusão, porém, deixa claro a falta que esses conhecimentos fazem.

Já o terceiro objetivo específico foi investigar se as práticas pedagógicas inclusivas da docente estão dando suporte aos alunos com deficiência. Ele também foi atendido, pois, através da análise de dados cheguei à conclusão de que mesmo a professora não tendo formação específica na área da inclusão a mesma em suas práticas pedagógicas conseguiu promover a inclusão do seu aluno com deficiência.

Essa pesquisa, foi realizada mediante a uma metodologia na qual a coleta de dados foi através de uma entrevista semiestruturada com uma professora da educação infantil, que tem em sua sala de aula do ensino regular uma criança com deficiência.

Para aqueles que desejarem realizar uma pesquisa referente a esse tema, recomendo que seja feita observação em sala de aula, para tentar descobrir quais práticas estão sendo utilizadas. Também recomendo que vá até a Secretaria de Educação do Município de Cajazeiras – PB para questionar a falta de formação continuada com conteúdos específicos referente a inclusão, já que na Lei de educação do município diz que seria disponibilizado formação continuada nessa área.

## REFERÊNCIAS

ANGOTTI, Maristela (Org.). **Educação Infantil: para que, para quem e por quê?**. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: S.A, 1981.

BENTO, Thayse Silva et al. Desafios para inclusão da criança com deficiência na escola. **Enfermagem em Foco**, v. 6, n. 1/4, p. 36-40, 2015.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf) Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 05. Jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Congresso Nacional, **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm). Acesso em: 20 set. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <http://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Microcefalia: causas, sintomas, tratamento e prevenção**. 02 de mai. 2017. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/microcefalia/>. Acesso em: 05 de maio de 2019.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista/BA, v. 8, n. 12, p. 81-95, 2011.

COSTA, Fátima Neves do Amaral. **O cuidar e o educar na educação infantil**. In: ANGOTTI, M. (Org.). Educação Infantil: para que, para quem e por quê?. 3. ed. Campinas, SP: Alínea, 2010

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. 1. ed. São Paulo: Avercamp, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferenças na escola**: como andar no fio da navalha. In: ARANTES, V. A. (Org). *Inclusão escolar*. 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por que? Como fazer? 2. ed. São Paulo. Editora Moderna. 2003.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PRIETO, Rosângela Gavioli. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais**: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil. In: ARANTES, V. A. (Org). *Inclusão escolar*. 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013.

RAMOS, Rossana. **Inclusão na prática**: Estratégias eficazes para a educação inclusiva. 2. ed. São Paulo: Summus, 2010.

## APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

### **Perguntas básicas:**

- 1- Qual seu sexo?
- 2- Qual sua idade?
- 3- Graduada em qual área?
- 4- Possui alguma especialização ou Pós-Graduação? Em qual área de conhecimento?
- 5- Possui mestrado ou doutorado? Em que área?
- 6- Faz formação continuada?
- 7- Quanto tempo você atua na Educação?
- 8- Quanto tempo atua na instituição?
- 9- Quanto tempo você atua na Educação Infantil?

### **Perguntas específicas:**

- 10- Quantos alunos com deficiência existe na sua sala de aula? E quais suas deficiências?
- 11- Possui alguma formação acadêmica específica para atuar com questões referente a inclusão escolar?
- 12- Para você o que é inclusão?
- 13- Você se sente capacitada para trabalhar com criança com deficiência?
- 14- Para você o que significa práticas pedagógicas inclusivas?
- 15- Você acha que tem práticas pedagógicas inclusivas. Por quê?
- 16- Os conteúdos trabalhados com as crianças sem deficiência são os mesmos trabalhados com as crianças com deficiência?
- 17- Como é feita a avaliação da criança com deficiência para saber se ela atingiu o objetivo esperado?

# **ANEXOS**

## **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE**

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no estudo Práticas Pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, coordenado pela professora Viviane Guidotti e vinculado a Unidade Acadêmica de Educação, Centro de Formação de Professores.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo geral compreender como estão sendo trabalhadas as práticas pedagógicas inclusivas na Educação infantil. Os objetivos específicos são: Conhecer as práticas pedagógicas inclusivas na Educação Infantil, Identificar se as (os) docentes tem alguma formação acadêmica voltada para à inclusão, Investigar se as práticas pedagógicas inclusivas das (os) docentes estão realmente dando suporte aos alunos com necessidades especiais, e se faz necessário por, compreender que atualmente o tema inclusão é algo muito debatido e refletido, porém, percebemos que mesmo diante de tantas discussões, à cerca do tema, ainda há uma grande lacuna na questão da inclusão dentro da sala de aula, principalmente nas escolas públicas.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: participação na entrevista semiestruturada e gravada. Sua participação na pesquisa não representará qualquer risco de ordem psicológica para você. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelo pesquisador responsável. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados forem divulgados em qualquer forma. Como pesquisadora, comprometo-me a esclarecer devidamente qualquer dúvida que, eventualmente, o/a participante venha a ter, no momento da pesquisa ou posteriormente.

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.



Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a Viviane Guidotti, ou ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos - CEP/CFP/UFCG cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa**

**Nome: Viviane Guidotti**

**Instituição: Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores.**

**Endereço: R. Pedro Carlos de Moraes - Lot. Jose Bonifacio de Moura, Cajazeiras - PB, 58900-000**

**Telefone: 3532-2000**

**E-mail: Vivianeguidotti@ufcg.edu.br**

**Dados do CEP**

**Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande- CEP/CFP/UFCG, situado a rua Sergio Moreira de Figueiredo, s/n, Bairro: Casas Populares, Cajazeiras - PB; CEP: 58.900-000.**

**Email: cep@cfp.ufcg.edu.br**

**Tel: (83) 3532-2075**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**LOCAL E DATA**

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pelo estudo